



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - PETROBRAS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1150/15	DATA: 09/07, de 2015	
LOCAL: Plenário 3 das Comissões	INÍCIO: 10h35min	TÉRMINO: 12h30min	PÁGINAS: 51

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO

Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.  
Há palavra ininteligível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Havendo número regimental, declaro aberta a 34ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS, entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela PETROBRAS com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da Companhia Sete Brasil e na venda de ativos da PETROBRAS na África.

Informo aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da Ata da 33ª Reunião. Sendo assim, indago se há necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Dispensado a leitura da ata, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Aluisio Mendes.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

Esta Presidência reitera a necessidade do comparecimento das Deputadas e dos Deputados membros à Secretaria desta Comissão para disponibilização das senhas de acesso a todos os documentos sigilosos recebidos por esta CPI.

Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos constantes na pauta previamente divulgada no dia de ontem, contendo, como de praxe, todos os requerimentos a que foi dada a entrada até às 18 horas do dia de ontem, dia 8 de julho. E como fazemos em todas as reuniões em que existe a pauta previamente divulgada com todos os requerimentos, nós temos, preferencialmente, a votação do bloco do Relator.

Então eu gostaria de passar a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, que preparou o seu bloco de requerimento.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para que ele faça aí a justificativa, as colocações, e, aí, para que possamos evoluir para a forma como iremos votar os requerimentos pedidos.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Antes de conceder a palavra ao Relator, concedo ao Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, eu quero e gostaria que os nossos colegas de CPI atentassem para o que eu vou comunicar aqui.

Eu passei o dia de ontem, Sr. Presidente, lá na sala-cofre, verificando os dados dos vários processos que correm lá na 13ª Vara, através do e-Proc, a que nós temos acesso, e assisti a várias gravações de interrogatórios, tanto de pessoas que estão sendo acusadas como de testemunhas. E descobri algumas coisas muito interessantes, porque nós estamos todos frustrados aqui.

Ontem e hoje nós tínhamos duas acareações extremamente importantes. O Dr. Sérgio Moro mandou, de Curitiba para cá, o Sr. Renato Duque e o Sr. João Vaccari. Estiveram em Brasília. Então houve um deslocamento. Era para haver uma acareação ontem entre Renato Duque e Pedro Barusco e uma acareação hoje — não haveria esta reunião aqui — entre Pedro Barusco e Vaccari.

Lamentavelmente, apesar das informações que a Presidência da CPI encaminhou ao Supremo Tribunal Federal, o Supremo Tribunal Federal concedeu uma liminar de caráter humanitário, porque ali, no pedido feito pela defensoria do Sr. Pedro Barusco, que é a Dra. Catta Preta e seus associados, levaram um atestado médico que fala de uma doença que é triste, mas é crônica — ela não é de hoje, Deputado Hugo Motta.

Seria crível para todos nós que tivesse havido um suposto agravamento, ou uma agudização de uma doença crônica — volto a dizer: crônica —, porque o Sr. Pedro Barusco e a Dra. Catta Preta sabem, desde o dia 22 de junho, que ele teria que estar, como esteve na semana passada, em Curitiba, depondo. Mas quem assiste ao depoimento do Sr. Pedro Barusco o vê em absoluta condição física. Ele permanece, diante do Juiz, dos Promotores, dos advogados de defesa, com absoluta naturalidade. Não me passou despercebido que, por mais de uma vez, ele



rotou o seu tronco. Então ele moveu a sua coluna, Sr. Presidente, — V.Exa., que é médico —, para falar com os advogados que estavam na ponta da mesa, lá na 13ª Vara, que nós conhecemos.

Portanto, a Dra. Catta Preta, nem a defesa, pediu ao Dr. Sérgio Moro para adiar nenhum depoimento por razões médicas do Sr. Pedro Barusco; nem o depoimento feito na semana passada, muito menos o depoimento que ele vai fazer na próxima terça-feira.

Então, que paciente é esse, Deputado Hugo Motta, que não pode vir à CPI, onde ele tem o dever de estar, e pode ir a Curitiba? Ele vai sair de lá de onde está, São Paulo, Rio de Janeiro, não sei; vai pegar avião, vai a Curitiba se apresentar, vai ficar lá 1 dia ou 2 dias, e vai voltar. A mesma condição lhe seria dada aqui.

Então, o que ocorre? O Ministro Celso de Mello não teve, na minha opinião, na minha visão, o adequado cuidado quando concedeu uma liminar absolutamente protelatória. E ainda me entristeci quando li a liminar do Sr. Ministro Celso de Mello, a quem eu respeito e admiro. Surpreendeu-me negativamente porque ele faz um juízo de valor dizendo que, por razões humanitárias, em virtude da doença, que é crônica, ele concede a liminar para o Sr. Pedro Barusco. Mas na parte final ele faz um julgamento, como se tivesse o poder de fazer esse julgamento. E está aqui, Sr. Presidente. O Sr. Celso de Mello diz o seguinte:

*“Cabe aduzir, ainda, no sentido da dispensa de comparecimento do ora paciente (...), um outro dado relevante.*

*Refiro-me ao fato, documentado nestes autos, de que João Vaccari Neto ingressou neste processo com petição subscrita por seu ilustre advogado, comunicando que, em face de liminar que lhe foi concedida no HC — nº tal —, manter-se-á em silêncio, fazendo uso de sua garantia constitucional.”*

Mas como? O Supremo Tribunal Federal cansa de dar o direito ao silêncio, mas não retira a obrigação do comparecimento! Porque, aqui, o paciente pode mudar de ideia. Quem vai depor pode resolver falar. Calar é um direito a ser exercido em cada momento. Em qualquer tomada de depoimento no Judiciário, esse



direito é garantido. Agora, aquele que está fazendo o depoimento decide se cala ou decide se fala.

Ou alguém aqui se esqueceu do ex-Deputado Pedro Corrêa, lá em Curitiba, que se sentou à mesa e disse que não ia falar, ia usar o direito constitucional dele, e falou por 2 horas e pouco? Ou seja, é um direito que assiste a cada um.

Então, o Ministro Celso de Mello cometeu um desfavor a esta investigação, caiu numa armadilha sentimentalista que a advogada do Sr. Pedro Barusco tem todo o direito de fazer, todo o direito de fazer. É o trabalho dela.

Agora, eu queria, Sr. Presidente, então, encaminhar três coisas. A primeira: que V.Exa. remarcasse as acareações do Sr. Pedro Barusco, até porque quem estará terça-feira em Curitiba, para prestar novos depoimentos... E isso é de conhecimento da advogada dele desde o dia 22 de junho, porque estava lá o advogado associado; eu vi a assinatura dele no termo de audiência. O que acontece? Por que ela não entrou lá e só entrou aqui? Ela entrou no Supremo, muito depois do dia 22 de junho, para pedir o *habeas corpus*. Então ela negou, ela buscou a não vinda dele aqui, sabendo que semana que vem tem levar em Curitiba. Então, o problema não é humanitário, não é de saúde; é uma esperteza da advogada em que, lamentavelmente, o Supremo caiu.

Quero trazer outra informação aos pares: às 17h50min da tarde da terça-feira, a advogada pediu transporte a esta Comissão para trazer o Sr. Pedro Barusco e os advogados do Hotel Meliá, aqui de Brasília, para esta Comissão. Ela achava que não ia ganhar.

Eu estou chamando a atenção, porque eu posso entender, o Ministro Celso de Mello foi tocado, por razões humanitárias, o.k., mas não teve, na minha visão, a acurada leitura do texto, porque o médico que dá o texto ainda diz o seguinte:

*“Além disso, o paciente deve evitar o ‘stress’ — não cabe ao médico fazer a avaliação do estresse do paciente — conforme o vivenciou nos últimos dois anos e meio — isso não é na semana — e continuar realizando atividades laboratoriais e exames periódicos, consultando os médicos especialistas — quer dizer, já está mandando para outros médicos — que o acompanham, a fim de*



*sinalizar, o mais rapidamente possível, qualquer nova alteração da doença (...)*”

Então, trata-se clarissimamente... E eu tenho certeza que tem assessoria médica lá no Supremo Tribunal Federal; que o Ministro Celso de Mello poderia ter pedido a algum médico do Supremo Tribunal Federal para o ajudar a interpretar.

E há outra questão: o atestado médico não tipifica, no código brasileiro de doenças, qual é a doença aguda que o impedia de estar aqui.

Portanto, faço este protesto porque esta CPI tem se empenhado para fazer um trabalho, Presidente, e isso tinha que ser revelado. A CPI tem que usar toda essa documentação — inclusive as imagens que estão gravadas aí vão de um fórum para o Supremo Tribunal Federal, então, não tem nenhuma questão de sigilo — mostrando que o Sr. Pedro Barusco está em ótimo estado para a condição dele e que não há o que o impeça de vir aqui. E nós temos que trazê-lo aqui e fazer as acareações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Inclusive nós vamos fazer chegar às mãos do Ministro do STF, Celso de Mello, o *e-mail* que a sua advogada mandou no dia em que impetrou o *habeas corpus*, já admitindo que o Sr. Pedro Barusco poderia estar aqui no dia de ontem para participar da acareação, que é tão importante para a nossa CPI.

Então, vamos aguardar, confiando, acima de tudo, no bom senso da Justiça, para que essa decisão possa ser revista e as acareações possam ser realizadas.

Deputada Maria do Rosário.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, eu, em vários aspectos, tenho que concordar com o Deputado Onyx Lorenzoni; em vários aspectos. Aqui não se trata de estabelecermos, nesta Comissão, um contraditório permanente sem razoabilidade. Nós devemos procurar aquilo que é razoável.

Aliás, todos nós que ouvimos as mentiras proferidas pelo Sr. Pedro Barusco aqui, sentado em uma mesa como esta, no outro plenário, quando teve a oportunidade do depoimento diante da CPI, temos não apenas a vontade, mas aprovamos aqui os requerimentos de acareação, porque, certamente, V.Exa. tomará todas as providências, como tem feito, e esta Comissão tem feito, para que ele volte a sentar-se aqui, uma vez que nós temos, todos nós, qualquer que seja a nossa



posição política, maiores elementos nos dias de hoje para confrontarmos aquilo que ele colocou. Ele, que é réu confesso, que mais de 90 milhões desviou de recursos que deveriam irrigar o desenvolvimento do Brasil, de que se apropriou indevidamente, é tido, lamentavelmente, como voz da verdade por alguns Parlamentares ou por alguns setores.

Quem rouba, quem desfaz o patrimônio público; quem, por largo período da sua vida, serve a uma empresa, mas se troca, como alguns se trocaram, ferindo o estatuto de servidores de carreira de uma empresa pública tão importante para o Brasil, desonrando eles pessoalmente, mas não a enorme, infinita maioria dos servidores da PETROBRAS, que seguem lutando, que seguem defendendo essa empresa pública; que se posicionam hoje claramente contra a revogação do regime de partilha, o que significa um ataque à empresa pública.

Porque enquanto nós estamos aqui buscando que a verdade seja dita, que os envolvidos na corrupção sejam responsabilizados, em nome do interesse público do Brasil, e essa coerência nós devemos ter todos, indistintamente, do outro lado, lá no Senado Federal e em muitos lugares, grassa andar, grassa ser colocado em votação um projeto de lei que revoga o regime de partilha, que ataca de morte a PETROBRAS. De um lado a PETROBRAS é atacada pelos corruptos, de outro lado, é atacada pelos setores especuladores, pelas grandes petrolíferas internacionais, pelos interesses do mercado!

Portanto, Sr. Presidente, eu tenho que concordar com o Deputado Onyx Lorenzoni em vários aspectos, mas eu preciso, diante desta CPI... Ao mesmo tempo em que digo que os maiores interessados hoje para que haja essas acareações e para que o Sr. Pedro Barusco venha a esta CPI somos nós, que somos vítimas das mentiras, eu tenho que fazer uma alerta a vocês, meus caros, mesmo que não concordem comigo. Por dever de consciência e por trajetória pessoal, peço licença aos meus colegas de partido, de bancada: as questões humanitárias que são trazidas precedem. Pode o Sr. Pedro Barusco nos enganar; pode a sua advogada agir, talvez, até com má-fé, e eu não a acuso. Mas aqui foi colocado... Pode ela, inclusive, não estar agindo diante de um estatuto correto, que lhe estabelece a responsabilidade, da Ordem dos Advogados do Brasil? Pode! Que outros ajam de má-fé, a começar por Pedro Barusco, mas eu não posso agir de má-fé diante...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - ...diante da razão humanitária levantada pelo Ministro Celso de Mello.

O Ministro Celso de Mello não precisa da minha defesa, muito menos de qualquer integrante do STF. Mas, na própria sessão anterior, comentava informalmente com o Deputado Onyx Lorenzoni, e ele tem as suas convicções de que isso se trata de uma enganação. E eu quero dizer a vocês: fui solidária à posição do Deputado Onyx Lorenzoni, dizendo: *“Vamos até o fim, então, tentando desmascarar essa enganação”*. Mas quando o Ministro do STF escreve que há uma razão humanitária, a razão humanitária precede. E essas acareações acontecerão, agora ou daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Mas nós não devemos... Aí eu preciso dizer, eu não passaria por cima da palavra de um Ministro do STF quando ele invoca razões humanitárias pela trajetória que tem. Então quero...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente...

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - ...destacar que a circunstância de doença me faz pensar sobre isso.

Eu quis apenas contraditar em parte — em parte, pontualmente — as circunstâncias apresentadas longa, mas, respeitosamente, e, com razão, pelo Deputado Onyx Lorenzoni.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Fico feliz e torço para que esse clima de paz entre os Democratas e o PT possa se dar até o final da reunião.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente... Sr. Presidente... Sr. Presidente, pela ordem.



**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Eu tinha me inscrito, Sr. Presidente! Eu tinha me inscrito!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Darei a palavra ao Deputado Arnaldo Faria de Sá; em seguida, ao Deputado Wadiah Damous e depois a V.Exa.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu queria só pedir para a gente começar a votação! Já há 200 Deputados no plenário, daqui a pouco começa a Ordem do Dia...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, quero formular a questão de ordem a V.Exa., nós temos... No plenário, já passou de mais de 200 Parlamentares. Se começar a Ordem do Dia lá, nós ficaremos prejudicados aqui. Então V.Exa. poderia deixar aberta a Ordem do Dia, volte para votar e depois fala quem quiser falar.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - A gente vai ficar discutindo aqui... É a obstrução.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se dependesse deste Presidente aqui, nós já deixaríamos deliberando requerimentos. A gente tem aqui...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Vamos deliberar, Presidente, vamos deliberar...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Darei 1 minuto ao Deputado Wadiah Damous, 1 minuto à Deputada Eliziane Gama e 1 minuto ao Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Sr. Presidente, apenas para ponderar que nós não podemos deixar em dúvida aqui a atuação de um Ministro do Supremo Tribunal Federal. É o decano do Supremo Tribunal Federal; não é qualquer juiz, não está começando hoje e não cai em enrolação, não! Havia um atestado médico. Que se prove, então, que o atestado médico é falso. Agora, não se pode colocar em dúvida aqui a conduta de um Ministro do Supremo Tribunal Federal que nós sabemos, inclusive, que é muito rigoroso nessas questões que envolvem moralidade pública, em julgamentos passados. Nós sabemos disso.



E mais também, Sr. Presidente: o advogado é o instrumento do exercício do direito de defesa. Eu não tenho qualquer admiração, não bato palmas para a advogada, Dra. Catta Preta, que incentiva seus clientes a procederem nas delações premiadas, mas não podemos colocar em dúvida aqui também a atuação dela pelo fato de ter requerido a dispensa da apresentação do seu cliente aqui nesta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Então deixo aqui esta ponderação. Nós temos que tomar cuidado...

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - A dúvida está no atestado médico. A dúvida está no atestado médico.

**O SR. DEPUTADO WADIH DAMOUS** - Exatamente. Nós não podemos colocar aqui em dúvida a conduta do Ministro do Supremo Tribunal Federal e do agente do exercício do direito de defesa, que é o advogado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Olha, em nenhum momento, e enquanto Presidente desta CPI... Até no dia em que estávamos aqui realizando oitivas, havia a expectativa da realização das acareações ou não, nós não colocamos em nenhum momento em dúvida a ação do Ministro Celso de Mello, nem muito menos a do Supremo Tribunal Federal. Nós apenas fazíamos um apelo e municíamos o Sr. Ministro, mostrando o motivo pelo qual nós indeferimos o pedido de adiamento. O pedido foi indeferido já que o Sr. Pedro Barusco esteve, na semana passada, em Curitiba, estará na semana que vem e, para completar, ele estaria aqui em Brasília e com condições de vir. Sua advogada mandou *e-mail* pedindo auxílio no transporte do Sr. Pedro Barusco e dos seus advogados do hotel em que ele estava instalado até as dependências da Câmara.

Decisão judicial nós temos que cumprir, e foi isso que esta CPI fez. Cumprimos a decisão do Ministro Celso de Mello e vamos agora questionar, dentro do âmbito legal, o *habeas corpus* para que possamos realizar as acareações que são importantes para nós. Mas, em nenhum momento — eu quero deixar isso aqui claro —, nós colocamos em dúvida a atuação do Ministro Celso de Mello, muito menos a do Supremo Tribunal Federal, instituição que temos a obrigação de respeitar.

Concedo a palavra à Deputada Eliziane Gama.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, só quero pedir que comecemos a votação. Porque, senão, vamos acabar discutindo aqui um assunto e não se vai resolver nada. Já há mais de 200 Deputados no plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Jorge Solla, por 1 minuto.

Peço atenção ao cronômetro.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Sr. Presidente, eu não acho que tenhamos que ficar aqui discutindo a decisão do Supremo. A minha sugestão é que, dentro da agenda, dentro da pauta, marquemos uma nova data, em que seja novamente agendada essa oportunidade de fazer a acareação que foi suspensa nesta semana. Não adianta ficarmos discutindo aqui o mérito da decisão do Ministro, o conteúdo.

Só para o conhecimento do Deputado Onyx Lorenzoni, não existe código brasileiro de doenças. Existe o Código Internacional de Doenças, que é utilizado. Deveria estar em qualquer atestado médico esse código, estabelecido para que o atestado tenha o mínimo de respaldo para orientar a decisão do Judiciário. Eu acho, inclusive — não sou eu que vou defender o trabalho dos advogados —, mas eu acho que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir, Deputado Jorge Solla. O tempo de V.Exa. se esgotou.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Para concluir. É 1 minuto. Nós temos que deliberar.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Para concluir. Para concluir, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Já escutei V.Exa. na *Rádio Câmara* hoje de manhã falando do Plenário. Muito bem.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Inclusive, registrando 2 anos do Programa Mais Médicos, do qual V.Exa., como Presidente desta Casa, sabe muito bem a importância.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Que não é tema desta CPI. Temos que discutir no plenário.



**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - A importância... V.Exa. que registrou a minha fala hoje lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Verdade.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Só estou complementando. Eu só estou complementando o assunto que V.Exa. trouxe aqui para a pauta.

Mas, assim, só para complementar, eu não quero entrar no debate em relação à atuação dos advogados, mas eu não posso deixar de registrar que não podemos considerar que a OAB seja cartel. Então, eu queria registrar aqui o nosso repúdio à posição do Presidente desta Casa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - ...que chamou a OAB de cartel. Saí na defesa dos advogados da Ordem dos Advogados do Brasil num ataque completamente despropositado que sofreram nesta semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Luiz Sérgio, para falar sobre o seu bloco de prioridade de requerimentos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, a pauta contava com 436 requerimentos. Como alguns Deputados protocolaram, inclusive, agora cedo, provavelmente esse número seja maior. Desses, eu selecionei 78 requerimentos: 16 do Deputado Altineu Côrtes; dez do Deputado Aluisio Mendes; um do Deputado Antonio Imbassahy; um do Deputado Augusto Coutinho; um dos Deputados Carlos Marun e Celso Pansera; um do Deputado Carlos Sampaio; três dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Izalci; um dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; oito do Deputado Celso Pansera; um do Deputado Efraim Filho; três da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues; quatro dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; três do Deputado Ivan Valente; dois do Deputado Jorge Solla; um do Deputado Kaio Maniçoba; seis do Deputado Leo de Brito; um da Deputada Maria do Rosário; dois do Deputado Onyx Lorenzoni; dois dos Deputados Onyx Lorenzoni e Efraim Filho; um do Deputado Otavio Leite, dois do Deputado Valmir Prascidelli, um do Deputado Wadih Damous, sendo que há outros aqui na hora por solicitação: mais dois do



Deputado Pansera, um do Deputado André Moura e quatro do Deputado Félix Mendonça, para verificar a plula... plura... (*Manifestação no plenário: pluralidade!*)

Oh, meu Deus, a língua agarrou aqui.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Relator...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Qual foi o critério que V.Exa. usou para selecionar esses requerimentos?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - O critério estabelecido por mim, na avaliação que fiz, foi com base naqueles que têm como objeto aprofundar o escopo da CPI e também que possam esclarecer dúvidas que se criaram a partir dos últimos depoimentos que houve na CPI. Quero aqui focar o que foi o depoimento dos delegados da Polícia Federal em relação à dúvida que se criou, entre nós, em relação à legalidade ou não dos grampos.

Entre esses requerimentos que estou apresentando, há o requerimento de convocação do Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que, como Chefe da Polícia Federal, possa esclarecer essas dúvidas que passaram a pairar sobre nós.

Então eu vou fazer aqui a leitura: Requerimento nº 33, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Izalci; Requerimento nº 93, dos Deputados Onyx e Efraim Filho; Requerimento nº 161, dos Deputados Ivan Valente e Edmilson Rodrigues; e Requerimento nº 941, do Deputado Celso Pansera, que requer a convocação do Sr. Julio de Almeida Camargo.

Requerimentos nº 37, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Izalci; Requerimento nº 901, do Deputado Ivan Valente; e Requerimento nº 905, do Deputado Aluisio Mendes, que requer a oitiva do senhor...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sr. Relator, eu posso sugerir algo?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Se V.Exa. já puder ir lendo os requerimentos, resumindo aqueles que são similares, com o objetivo de cada um deles, e já irmos deliberando cada requerimento, eu acho que poderíamos já ir ganhando tempo.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Mas não há quebra. Não pode votar em globo?

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, quais seriam os importantes? Ele lê todos e depois nós faríamos em bloco?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não há quebra de sigilo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Não. Há, só que...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Não, então tudo bem.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Ele leria todos, depois faríamos em bloco.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Só uma observação levantada pelo Deputado Onyx: houve, na última sessão deliberativa, requerimentos de quebra de sigilo. O Ministro Marco Aurélio deu uma liminar suspendendo a quebra, com a seguinte fundamentação: primeiro, ele questiona a forma de votação, que diz que é em globo, e fundamenta o pedido dizendo que não estava bem fundamentado. Então, como há aqui... O Deputado Pansera reapresentou. Eu sugiro que nós pudéssemos ler, votássemos, e esses de...

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Os de quebra vota-se isoladamente.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Os de quebra vota-se isoladamente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É isso mesmo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Então vamos dar sequência aqui.

Requerimento nº 37, dos Deputados Carlos Sampaio, Imbassahy e Izalci; Requerimento nº 901, dos Deputados Ivan Valente e Aluisio Mendes, que requer a oitiva do Sr. Otávio Azevedo.

Requerimento nº 38, dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy, Izalci, que requer a convocação do Sr. João Gualberto Pereira, Gilson Pereira e Sérgio Maçaneiro, todos executivos da ARXO.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, questão de ordem. Perdão, Relator.

Com o início da Ordem do Dia, e considerando que nós temos o tema da reforma política em pauta e todos e todas temos que estar lá, eu perguntaria ao Sr. Presidente — desculpe interrompê-lo, Relator — se V.Exa. quer chamar...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A Ordem do Dia foi iniciada agora.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Se V.Exa. já quer convocar, Sr. Presidente, deixar marcada a reunião nova sobre os requerimentos, se V.Exa. vai tomar essa providência agora.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, sugestão a V.Exa.: V.Exa. suspende, e nós vamos lá. Se a Ordem do Dia se encerrar às 14 horas, 15 horas, 16 horas, nós voltamos e deliberamos.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, dentro do bom senso com que V.Exa. tem conduzido os trabalhos aqui, eu julgo que seria importante suspendermos a reunião, para que não tenhamos o dissabor de ter a sessão anulada.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, eu entendo que é inviável. É melhor marcar uma nova data, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - E se marcaria uma nova data, se fosse o caso.

**A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO** - Sr. Presidente, com todo o respeito, a sessão será longa. Vamos votar a reforma política.

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Muitos itens vão ser votados hoje da reforma política.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou suspender a reunião e vou falar com o Presidente da Casa para saber se há previsão de horário para término da sessão, diante da pauta extensa que temos no dia de hoje. E, aí, sendo possível realizarmos ainda hoje a votação desses requerimentos, nós iremos informar o horário através do *e-mail* dos Parlamentares. Então, eu irei suspender a nossa reunião, com o objetivo de votarmos ainda hoje esses requerimentos.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Posso sugerir algo? V.Exa. tem o poder, a condição, Sr. Presidente, de suspender a reunião até o final da Ordem do Dia, ficando combinado que, terminada a Ordem do Dia, nós nos dirigiremos para cá. E se, eventualmente, chegar-se à conclusão de que a sessão vai adiante, V.Exa., a qualquer momento, pode dar por encerrada a reunião e nos comunicar por *e-mail*.



**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Valmir Prascidelli. Em seguida, falará a Deputada Eliziane Gama.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - Sr. Presidente, eu, evidentemente, como todos os Deputados aqui, quero dar sequência à reunião e aprovar o mais rapidamente esses requerimentos. No entanto, todos nós sabemos que precisamos estar à disposição da CPI, deste trabalho, mas todos nós temos outras atividades a fazer. As nossas tarefas nesta Câmara não se restringem à CPI. E as nossas tarefas na vida pública também não se restringem apenas às atividades do Plenário e das Comissões. Eu gostaria de sugerir a V.Exa. que nós pudéssemos, na lógica do que V.Exa. falou sobre conversar com o Presidente, sentir um pouco o decorrer do trabalho lá no plenário...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - E avisar previamente.

**O SR. DEPUTADO VALMIR PRASCIDELLI** - ...e estabelecer um teto. Eu, por exemplo, já tenho voo marcado para hoje à noite. E, certamente, os outros Deputados também têm, em função das atividades e compromissos que têm.

Então, eu gostaria que V.Exa. marcasse um teto, que pudéssemos marcar um teto aqui, para que, se a sessão acabar antes disso, nós retomemos a reunião. Se ela acabar desse teto para frente, que seja remarcada uma outra data, para não atrapalhar os compromissos já estabelecidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra a Deputada Eliziane Gama.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu queria pedir, para podermos agilizar, que já fosse disponibilizada aos Parlamentares a pauta de preferência do Relator. Eu acho que já agilizaria o processo. Depois, quando nós retomarmos a reunião, teremos mais agilidade. Não será necessária tanta leitura e tanta demora, ponto a ponto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Nós vamos disponibilizar, incluindo, inclusive, os que acatei aqui.



**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, a decisão de V.Exa. tem que ser imediata.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O Sr. Relator poderia ler todos. Nós só não poderíamos deliberar. Ele poderia ler todos os requerimentos, e nós só voltaríamos para votar.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, concordo com o Deputado Onyx Lorenzoni. Eu acho que é um bom encaminhamento. Faça-se a leitura. Isso aqui é uma tarefa fundamental para a Casa. Fazemos a leitura dos requerimentos, e fica só a votação do bloco.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Silas Câmara.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, tenho dois registros. Acho que o encaminhamento da leitura ajuda a agilizar os trabalhos desta Comissão. E, como sempre, Sr. Presidente, analisei todos os requerimentos e acho que todos eles são pertinentes ao bom andamento do trabalho desta Comissão. E, baseado nessa análise, eu quero pedir a V.Exa. que me permita subscrevê-los, por gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - V.Exa. será atendido, regimentalmente, e está como subscritor de todos os requerimentos apresentados no bloco do Sr. Relator. Peço à Secretaria da CPI que promova a subscrição pelo Deputado Silas Câmara.

Então, para continuarmos a leitura, com a palavra o Deputado Luiz Sérgio.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Requerimentos nºs 41, 884 e 900, de 2015. O Requerimento nº 41 é dos Deputados Carlos Sampaio, Antonio Imbassahy e Delegado Waldir; o Requerimento nº 884 é do Deputado Onyx Lorenzoni; o Requerimento nº 900 é do Deputado Ivan Valente. Todos requerem a convocação do Sr. Rogério Araújo, para prestar depoimento a esta CPI.

Requerimento nº 110, de 2015, da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues, e Requerimento nº 405, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requerem que se convoque o Sr. Bernardo Schiller.



Requerimento nº 118, de 2015, da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues, e Requerimento nº 793, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requerem a convocação do Sr. Luís Eduardo Barbosa da Silva.

Requerimento nº 119, de 2015, da Deputada Eliziane Gama e do Deputado Moses Rodrigues; Requerimento nº 63, de 2015, do Deputado Onyx Lorenzoni e do Deputado Efraim Filho; e Requerimento nº 8, de 2015, do Deputado Carlos Marun e do Deputado Celso Pansera, que requerem a convocação do Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, para prestar depoimento a esta CPI.

Requerimento nº 103, de 2015, do Deputado Efraim Filho, e Requerimento nº 130, de 2015, do Deputado Ivan Valente e do Deputado Edmilson Rodrigues, que requerem a convocação do Sr. Adarico Negromonte.

Requerimento nº 167, de 2015, do Deputado Ivan Valente e do Deputado Edmilson Rodrigues, que solicita a oitiva do Sr. Jayme Alves de Oliveira Filho.

Requerimento nº 375, de 2015, do Deputado Altineu Cortês, que requer a convocação do Sr. Rafael Ângulo Lopez.

Requerimento nº 376, de 2015, do Deputado Altineu Cortês; Requerimento nº 883, de 2015, do Deputado Onyx Lorenzoni, que requerem a convocação do Sr. Roberto Gonçalves.

Requerimento nº 139, de 2015, do Deputado Ivan Valente e do Deputado Edmilson Rodrigues; Requerimento nº 517, de 2015, do Deputado Jorge Solla, que requerem a oitiva do Sr. Rogério Cunha de Oliveira, Diretor da área de Óleo e Gás da empresa Mendes Júnior.

Requerimento nº 660, de 2015, do Deputado Augusto Coutinho, que requer a convocação do Sr. Hamilton Cota Cruz.

Requerimento nº 758, de 2015, do Deputado Otavio Leite; Requerimento nº 899, de 2015, do Deputado Ivan Valente; e Requerimento nº 904, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requerem a oitiva do Sr. Marcelo Bahia Odebrecht.

Requerimento nº 931, de 2015, do Deputado Wadih Damous, que requer a convocação do Sr. Rosalvo Franco.

Requerimento nº 547, de 2015, do Deputado Kaio Maniçoba, que requer envio de ofício ao Tribunal Superior Eleitoral, solicitando que encaminhe a esta CPI todos os valores doados por empreiteiras, no período de 2005 a 2015, a Deputados e



partidos políticos envolvidos no escândalo da PETROBRAS, conforme divulgado pela imprensa.

Requerimento nº 674, de 2015, do Deputado Carlos Sampaio, que requer seja submetido à apreciação do Plenário pedido de requisição à Controladoria-Geral da União de cópia do inteiro teor, inclusive por meio magnético, de todos os documentos encaminhados pelo ex-Diretor da SBM, o Sr. Jonathan Taylor.

Requerimento nº 678, de 2015, do Deputado Antonio Imbassahy, que requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão o pedido ora formulado de requisição à PETROBRAS de cópia de inteiro teor, inclusive por meio magnético e arquivo pesquisável, dos relatórios emitidos pela empresa de auditoria Deloitte e pelo Banco PNB Paribas, que apontaram para a necessidade de que a estatal realizasse uma baixa contábil de R\$88,6 bilhões em seu ativo, em decorrência de perdas com corrupção e outros fatores.

Requerimento nº 823, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que solicite ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras informações sobre a movimentação atípica das contas bancárias de pessoas físicas que relaciona.

Requerimento nº 851, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, requer à Comissão Parlamentar de Inquérito a acareação entre o Sr. Pedro Barusco, Shinko Nakandakari e Glauco Legatti.

Requerimentos nºs 872 e 873, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requerem acareação entre o Caio Gorentzvaig e Davi Feffer e entre Caio Gorentzvaig e Daniel Feffer.

Requerimento nº 874, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, requer ao Sr. Leandro Danilo Coimbra, Diretor-Geral da Polícia Federal, informações sobre a descoberta de equipamento de escuta na Superintendência do órgão no Paraná.

Requerimento nº 935, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requer que o Ministro da Justiça informe quais foram as providências tomadas para procurar as ilegalidades da obtenção de prova com base em escutas ambientais não autorizadas judicialmente, instaladas na carceragem da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Requerimento nº 906, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que determine ao Consórcio Queiroz Galvão-



lesa-Galvão, relativamente a contrato firmado para fornecimento de bens e serviços relativos à análise de consistência de projetos básicos, elaboração de projeto executivo, construção civil, montagem eletromecânica, interligação e comissionamento em unidades do COMPERJ, cópias do inteiro teor de todas as notas fiscais recebidas e emitidas pelo Consórcio até a presente data e Demonstrativo de Formação de Preços (DFP).

Requerimento nº 907, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que determine ao Consórcio Galvão-Serveng — indica CNPJ e endereço —, relativamente a contrato firmado com a PETROBRAS, para execução do serviço de terraplanagem, drenagem e obras de acesso à Refinaria Premium I, o envio a esta CPI de cópia do inteiro teor das notas fiscais e recibos emitidos pelo Consórcio até a presente data e Demonstrativo de Formação de Preços (DFP) e Planilha de Preço Unitário (PPU), apresentados pelo Consórcio por ocasião do respectivo processo licitatório junto à PETROBRAS.

Requerimento nº 908, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que determine ao Consórcio CNCC-Camargo Corrêa CNEC que envie a esta Comissão documentos relativos a contrato firmado com a PETROBRAS, incluindo aditivos, para execução de serviços e fornecimentos necessários à implantação das Unidades de Coqueamento Retardado (U-21 e U-22), suas subestações e casas de controle, suas seções de tratamento cáustico regenerativo (U-26 e U-27), incluindo o fornecimento de materiais, fornecimento parcial de equipamentos, construção civil, montagem eletromecânica, preservação, condicionamento, testes, pré-operação, partida, assistência à operação, assistência técnica e treinamentos na Refinaria Abreu e Lima — RNEST.

Requerimento nº 909, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que também quer documentos referentes a todos os contratos firmados entre a PETROBRAS e o Consórcio RNEST-CONEST, para a execução de serviços na Refinaria Abreu e Lima.

Requerimento nº 910, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer que esta Comissão de Inquérito determine ao Consórcio RNEST-CONEST — indica CNPJ e endereço no Parque de SUAPE —, referentemente a contrato para execução dos serviços e fornecimentos necessários à implementação das Unidades



de Hidrotratamento de Diesel (U-31 e U-32), de Hidrotratamento de Nafta (U-33 e U-34) e de Geração de Hidrogênio UGH (U-35 e U-36), incluindo fornecimento de materiais, fornecimento parcial de equipamentos, etc., o envio de cópia a esta CPI de documentos que especifica.

Requerimento nº 911, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer cópia de documentos relativos a contrato do Consórcio Techint-Andrade Gutierrez, para serviço na Unidade de Coqueamento Retardado, Pátio de Manuseio e Armazenamento de Coque e Subestações Elétricas Unitárias do COMPERJ.

Requerimento nº 912, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a esta Comissão de Inquérito determine ao Consórcio Ipojuca Interligações o envio de dados relativo a contrato referente à Refinaria Abreu e Lima. S.Exa. quer a cópia do inteiro teor de todas as notas fiscais recebidas e emitidas pelo Consórcio.

Requerimento nº 913, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a cópia do inteiro teor de todas as notas fiscais recebidas e emitidas pelo Consórcio Terraplanagem COMPERJ em contrato que especifica.

Requerimento nº 921, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requer o inteiro teor da Sindicância nº 0004, de 2014, instaurada na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Requerimento nº 922, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requer o inteiro teor do Inquérito Policial nº 0737, de 2015, instaurado na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Requerimento nº 932, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requer o inteiro teor do Inquérito Policial nº 0768, de 2015, instaurado na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Requerimento nº 927, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requer o inteiro teor da Sindicância nº 0003, de 2014, instaurada na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Requerimento nº 924, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requer a quebra do sigilo dos Inquéritos Policiais nºs 0737, de 2015 e 0768, de 2015, instaurados na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná, e convocação de todas as pessoas envolvidas nas sindicâncias — delegados de Polícia Federal.



Requerimento nº 926, de 2015, do Deputado Aluisio Mendes, que requer a convocação para oitiva da Sra. Daniele Rodrigues, Delegada de Polícia Federal.

Requerimento nº 929, de 2015, da Deputada Maria do Rosário, que requer a convocação do Sr. Mauricio Grillo.

Requerimento nº 930, de 2015, do Deputado Leo de Brito, que requer a convocação do Sr. Igor Romário de Paula, Delegado de Polícia Federal.

Requerimento nº 936, de 2015, do Deputado Valmir Prascidelli, que requer a convocação do Sr. Marcio Anselmo, Delegado de Polícia Federal.

Requerimento nº 946, de 2015, do Deputado Jorge Solla, que requer a convocação do Sr. Marcio Adriano Anselmo, Delegado de Polícia Federal.

Requerimento nº 953, de 2015, do Deputado Leo de Brito, que requer a convocação para oitiva do Sr. Marcio Adriano Anselmo, para esclarecer os fatos relacionados à investigação de práticas de atos ilícitos no âmbito da PETROBRAS.

Requerimento nº 938, de 2015, do Deputado Valmir Prascidelli, que requer a quebra do sigilo dos Inquéritos Policiais nºs 737, de 2015 e 768, de 2015, instaurados na Superintendência da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Requerimento nº 942, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Taminy Youssef.

Requerimento nº 943, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Kemelly Caroline Fujiwara Youssef.

Requerimento nº 944, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Joana Darc Fernandes Youssef.

Requerimento nº 945, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a transferência do sigilo bancário, fiscal, telefônico e telemático da Sra. Olga Youssef.

Requerimento nº 947, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a convocação da Sra. Beatriz Catta Preta.

Requerimento nº 948, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer que sejam solicitadas à Exma. Sra. Juíza Federal Gisele Lemke informações que descreve.



Requerimento nº 949, de 2015, do Deputado Leo de Brito, que requer a oitiva do Sr. Sérgio Ramalho Rezende.

Requerimento nº 950, de 2015, do Deputado Leo de Brito, que requer a convocação da oitiva do Sr. José Navas Júnior.

Requerimento nº 951, de 2015, do Deputado Leo de Brito, que requer a Requer a convocação para oitiva do Sr. Ricardo Hiroshi.

Requerimento nº 952, de 2015, do Deputado Leo de Brito, que requer a convocação do Sr. Sérgio de Arruda Costa Macedo.

Requerimento nº 864, de 2015, do Deputado Altineu Côrtes, que requer a esta Comissão solicite à PETROBRAS cópia do inteiro teor dos contratos, bem como aditivos, celebrados com os *brokers* responsáveis pela intermediação de compra e venda de combustíveis entre 2005 e 2015.

Requerimento nº 960, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a convocação do Sr. J. W. Kim, Presidente da Samsung.

Requerimento nº 961, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a convocação do Sr. Shinji Tsuchiya, Presidente da Mitsui.

Requerimento nº 641, de 2015, do Deputado André Moura, que requer a convocação do Sr. Ricardo Froes, para prestar depoimento perante a Sub-Relatoria desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Requerimento nº 892, de 2015, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que requer que esta CPI sugira à PETROBRAS que declare a nulidade dos procedimentos licitatórios comprovadamente fraudados.

Requerimento nº 893, de 2015, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que requer que esta CPI sugira ao Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União que declare a nulidade dos procedimentos licitatórios comprovadamente fraudados, realizados PETROBRAS e vencidos pela Sete Brasil.

Requerimento nº 894, de 2015, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que requer que esta CPI sugira ao Procurador-Geral da República que tome as providências necessárias à declaração de nulidade dos procedimentos licitatórios comprovadamente fraudados, realizados pela PETROBRAS, para contratação da Sete Brasil e considerados irregulares no âmbito da Operação Lava-Jato.



Requerimento nº 895, de 2015, do Deputado Félix Mendonça Júnior, que requer que esta CPI sugira ao Juiz Sérgio Moro, da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba, que declare a nulidade dos procedimentos licitatórios comprovadamente fraudados, realizados pela PETROBRAS, para contratação da Sete Brasil e impeça o repasse do objeto desses contratos a terceiros, sem o prévio procedimento licitatório.

Requerimento nº 962, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer diligência externa no Canadá com vistas a tomar depoimento do Sr. John McNeely.

Requerimento nº 963, de 2015, do Deputado Celso Pansera, que requer a convocação do Sr. João Stricker para prestar depoimento a esta CPI.

Requerimento nº 939, de 2015, do Deputado Antonio Imbassahy, que requer a convocação do Sr. Iágaro Jung Martins, Subsecretário de Fiscalização da Receita Federal do Brasil.

Requerimento nº 940, de 2015, do Deputado Antonio Imbassahy, que requer a convocação do Sr. Anthero de Moraes Meirelles, Diretor de Fiscalização do Banco Central.

São esses os requerimentos, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, eu havia proposto ao Relator — e o Relator havia me dito que iria aceitá-lo — o Requerimento nº 955, de 2015, que requer uma acareação importante de pessoas que já estiveram aqui, os Srs. Augusto Ribeiro de Mendonça Neto, Renato Duque e João Vaccari Neto. Eu recebi uma sinalização de que poderia ser aceita pelo Relator essa acareação, porque ela é importantíssima, pelos elementos de que hoje nós já dispomos. E os três já depuseram a esta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Indago do Relator sobre se há acordo quanto a esse requerimento.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Primeiro, vamos aqui a uma argumentação.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - V.Exa. está dizendo que eu...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sim. Primeiro, quando eu assumi esta relatoria, eu afirmei que eu não estava aqui nem para proteger nem para perseguir ninguém. Os requerimentos aqui apresentados, mesmo o que V.Exa. está aqui



reforçando, vão no espírito de aprofundar o objeto desta CPI. É claro que, em muitos momentos, há uma disputa política, o que é natural, mas ela não pode, a meu ver, sobrepor-se ao objetivo maior de todos nós aqui. Segundo, como V.Exas. verificaram na relação que apresentei, ela contempla muitos dos requerimentos que foram apresentados pela Oposição.

Então, a proposta que faço é — inclusive acatando esse requerimento que V.Exa. está levantando — que nós votemos agora, para que não me acusem de querer manobrar para não aprovar nenhum requerimento, uma vez que há uma brecha neste momento em que a sessão está suspensa. Eu acataria esse requerimento, e nós votaríamos os requerimentos de convocação em bloco. Os de quebra de sigilos votaríamos um a um, para não haver questionamentos no Supremo Tribunal Federal. Assim, poderíamos concluir esta reunião no dia de hoje.

Eu acho que, individualmente, nenhum Parlamentar estaria 100% contemplado, mas, individualmente, cada Parlamentar poderia afirmar que parte dos seus pleitos foi atendida por esta relatoria. Com isso, nós teríamos aqui objeto de trabalho para muitos meses nesta CPI.

Aceitando a minha proposta, eu acato o requerimento, e nós poderíamos deliberar neste intervalo.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k.**

Sr. Presidente, incluindo-se nesse rol o Requerimento nº 955, de 2015, eu aceito a proposta do Sr. Relator. Vamos agilizar os trabalhos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - O 955 é o...**

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O Requerimento nº 955 é o que chama Augusto Ribeiro Mendonça Neto, Renato Duque e João Vaccari.**

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO - Havendo a concordância do Plenário para essa proposta, eu acato o requerimento, com essa condição.**

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - O.k.** Então, ele vai ser votado em bloco, junto com a relação.

**O SR. PRESIDENTE (Deputado Hugo Motta) - Isso.** O Relator o acatou.

Eu fui informado aqui, durante a leitura dos requerimentos, de que a sessão foi suspensa por 30 minutos. Então, nós temos o poder de deliberar.



Há aqui um requerimento da Deputada Eliziane Gama, pedindo a votação em globo dos requerimentos. Eu indago se, tirando os requerimentos de quebra de sigilo, que têm que ser votados um a um, se esse requerimento tem plena concordância, para que votemos todos os outros requerimentos em globo, fora os que precisam ser votados individualmente. Há acordo?

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Vamos à votação dos requerimentos. Estão em votação os requerimentos lidos, com exceção dos requerimentos...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Os requerimentos lidos, com exceção dos Requerimentos nºs 942, 943, 944, 945 e 938, que terão que ser votados individualmente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Todos os outros requerimentos passam a ser apreciados neste momento.

Os Srs. Deputados que aprovam esses requerimentos permaneçam como se encontram.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Estamos em votação, Presidente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Pelos números, eu não estou entendendo direito. São requerimentos...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas eles tratam de quê?

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Todos são de quebra de sigilo. Os outros vamos votar em globo. Está correto.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Estamos votando todos em globo e destacando os de quebra de sigilo.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado Ivan, nós estamos destacando os de quebra de sigilo, porque já houve um requerimento de quebra de sigilo que foi suspenso pelo Supremo. Eles...



**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Estão votando individualmente aqueles que haviam sido suspensos, é isso?

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Não!

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eles foram reapresentados, e nós vamos votá-los individualmente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Nós vamos votá-los individualmente de novo.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Mas são os mesmos que já haviam sido votados?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - São os mesmos.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sim, mas com mais fundamentação.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - De acordo?

Em votação os requerimentos.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

*(Pausa.)*

Aprovados os requerimentos por unanimidade.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Incluindo o Requerimento nº 955, não é?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Incluindo o Requerimento nº 955 — de acareação —, do Deputado Onyx Lorenzoni.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - O.k. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos à votação dos requerimentos de quebra...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - O Deputado Onyx Lorenzoni vai ser acareado também?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Em votação o Requerimento nº 938, do Deputado Valmir Prascidelli.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 938 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.



Em votação o Requerimento nº 942, do Deputado Celso Pansera.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 942 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 943, do Deputado Celso Pansera.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 943 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 944, do Deputado Celso Pansera.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 944 permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação o Requerimento nº 945, do Deputado Celso Pansera.

Os Srs. Deputados que aprovam o Requerimento nº 945 permaneçam como se acham. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eram esses os requerimentos?

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Eram esses os requerimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Com o acordo previamente feito, com a pauta aprovada, está encerrada a reunião deliberativa, e passamos agora para a sessão de debates.

Com a palavra o Deputado Paulo Magalhães. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Sr. Presidente, V.Exa. poderia apresentar a pauta da próxima semana, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Pauta da próxima semana: na terça-feira, a Sra. Stael Fernanda Janene, às 9h30min, e no dia 16 de julho de 2015, próxima quinta-feira, os Ministros da Advocacia-Geral da União, Luís Inácio Adams, e da Controladoria-Geral da União, Valdir Moysés Simão.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - V.Exa. poderia considerar a possibilidade de, talvez, na quarta-feira ou na própria terça-feira, a gente fazer uma acareação.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós vamos avaliar agora à tarde a possibilidade, inclusive de acordo com a decisão judicial que tem que ser dada, de que essas acareações sejam realizadas. Mas nós vamos trabalhar nesse sentido.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Concedo a palavra ao Deputado Paulo Magalhães.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Sr. Presidente, eu estou estranhando aqui que o Sr. Relator, por quem nutro uma admiração enorme, não tenha incluído, entre os requerimentos, um da minha autoria, em que convoco o Diretor Financeiro da Sete Brasil, e o outro, o Vice-Presidente da Gestão de Ativos de Terceiros da Caixa Econômica. São dois importantíssimos no fluxo de recursos.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Ricardo Froes Alves Ferreira

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Foi convocado através do requerimento do Deputado André Moura, e nós já estamos admitindo, a partir de agora, V.Exa. também como autor desse requerimento, porque o Relator, no seu bloco, apenas não colocou o número do requerimento de V.Exa., mas o inteiro teor da convocação do Sr. Ricardo Froes já está atendido. Então, V.Exa. está atendido por similaridade e terá todo o direito de questionar o Sr. Ricardo Froes.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Então, V.Exa. nota que eu tinha razão na minha...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado Paulo Magalhães, é que o Deputado, ainda aqui na democrática pressão em cima do Relator, ele me solicitou e me entregou apenas o requerimento.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Eu, como não faço pressão em cima do senhor...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Mas foi atendido por tabela.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - E o outro requerimento, eu gostaria que V.Exa. o analisasse e o colocasse na próxima.



**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Assumo o compromisso de analisá-lo.  
O.k.

**O SR. DEPUTADO PAULO MAGALHÃES** - Veja como eu sou complacente com V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço ao Deputado Paulo Magalhães.

Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Sr. Presidente e Relator, primeiro eu queria dizer que comprei uma série de fogos de artifício para comemorar, mas ainda não vou usá-los. Comprei um bloco de fogos de artifícios, com a devida precaução, para comemorar a aprovação de requerimentos aqui. Faz três meses que nós insistimos nestes requerimentos: o do Sr. Júlio Camargo, que é delator — delação premiada —, sócio do Sr. Augusto Mendonça, que já foi ouvido há 3 meses, sócio da Toyo Setal, e do Sr. Jayme Oliveira, que é também muito querido aqui de todos nós, não é? Aliás, de quebra, até aprovaram o outro maleiro aqui, o Adarico Negromonte, outro maleiro que foi aprovado também.

Mas ainda faltaram, Sr. Presidente, a Sra. Solange Almeida, que também é muito requisitada, mas impedida de comparecer a esta CPI, e o Sr. Lúcio Bolonha Funaro. Nós vamos continuar a insistir em trazê-lo aqui.

Agora, o que interessa não é quando foi votado — foi hoje, está aprovado —, mas quando eles virão. Então, eu queria cobrar de V.Exa., Sr. Presidente, que parece já ter se comprometido comigo a, pelo menos na primeira semana de agosto, ouvirmos ou Sr. Júlio Camargo ou o Sr. Jayme Oliveira. É um pedido que eu faço à CPI e a V.Exa., em particular.

Eu gostaria também de aproveitar a próxima semana, que é a última antes do recesso, para que, vista a lista, a Sra. Stael Janene, a AGU e a CGU, que serão ouvidas, e ainda assim eu acho que será uma semana meio fria para a CPI, que a gente fizesse uma reunião fechada na sala da CPI, para um balanço dos trabalhos da Kroll: o que nós já temos, em que avançamos. V.Exa. poderia socializar esse trabalho aí na quarta-feira, na reunião de quarta-feira. Então, é a proposta que eu faço, Sr. Presidente, agradecendo a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Presidente...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu disse, na reunião da semana passada, Deputado Ivan Valente — e V.Exa. há de concordar —, que nós iríamos atender ao seu apelo para aprovar e fazer aquilo que V.Exa. há tempos já reivindicava — o pedido de dois requerimentos. E eu, ontem, cuidadosamente, ao anunciar a pauta, liguei para o Relator pessoalmente e pedi que os requerimentos de V.Exa. fossem atendidos, porque havia assumido o compromisso com V.Exa. na reunião anterior.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - É verdade.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mas V.Exa. tem que concordar: quando digo que V.Exa. é um eterno insatisfeito, é porque nem comemora o que consegue e já tem outras pautas. *(Risos.)*

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Eu já comemorei, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, vamos vencendo...

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Olhe, os fogos estão aqui, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Vamos vencendo essa insatisfação a cada momento.

**O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE** - Quando a gente conseguir, a gente solta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu não tenho dúvidas de que V.Exa. terminará esta CPI satisfeito com este Presidente. Concedo a palavra ao Deputado Celso Pansera.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Eu vou comprar os fogos, então, para que ele gaste os atuais, e depois, na convocação, ele gaste novos fogos, o eterno insatisfeito, mas combativo Deputado.

Agora, Presidente, eu queria falar pelo seguinte motivo: na sessão deliberativa passada, nós aprovamos uma ida para fazer acareação em Curitiba. Eu acho que temos que considerar isso como um fato necessário, porque fica mais difícil para o Juiz Sérgio Moro negar o nosso acesso, se formos até lá. A acareação entre o Sr. Alberto Youssef e o Paulo Roberto foi negada pela justiça o tempo todo. Quando nós aprovamos aqui, ele se antecipou e já fez duas com eles, lá em Curitiba. Então, acho que temos que trabalhar, Presidente, com a hipótese de irmos lá para Curitiba.



E fica aqui, mais uma vez, provado que a CPI não está blindando ninguém. Ela só tem uma lógica de funcionamento; essa lógica obedece à vontade da maioria desta Comissão, que comprova que estamos em um bom caminho para ter um grande resultado final desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu agradeço a V.Exa.

Deputado Jorge Solla.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente...

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Presidente, eu tinha me inscrito antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Em seguida V.Exa. terá a palavra. Está inscrito aqui.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Presidente, infelizmente eu não posso concordar com os dois Parlamentares que me antecederam. *(Pausa.)*

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Eu estou aguardando porque o assunto... É sobremaneira importante que o Presidente esteja ouvindo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Solla.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Pois não Presidente. Eu aguardo porque é importante que V.Exa. ouça, porque infelizmente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu estava cumprimentando aqui os Líderes partidários, que quase nunca nos prestigiam.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Não, eu sei. É por isso que eu estava aguardando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - E eles vieram hoje prestigiar aqui a CPI. É importante.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Claro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O Deputado Mendonça, o Deputado Nilson Leitão e o Deputado Domingos Neto, Líder do PROS.

V.Exa. tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO JORGE Solla** - Pois não. Eu não posso concordar com os dois Deputados que me antecederam porque, infelizmente, há duas questões que reiteradas vezes tenho trazido a esta CPI. Não quis criar, Presidente, nenhuma dificuldade para a aprovação dos requerimentos que estavam hoje priorizados, mas, como esta próxima semana vai ser a última antes do recesso, e mesmo sabendo



que a CPI vai continuar após o recesso, eu não posso deixar de registrar, Presidente, que mais uma vez o Pietro Bianchi foi alvo das reportagens da semana.

Reiteradas vezes ele está sendo divulgado como elemento-chave da Camargo Corrêa, em 2 centenas de atos de corrupção. Vou repetir, para ser mais preciso: 208 obras pelas quais pagaram propina, cujas planilhas foram apreendidas pela Polícia Federal e, mais uma vez, uma reportagem coloca o Sr. Pietro Bianchi como um dos maiores operadores de corrupção das empreiteiras neste País. E mais uma vez o nosso requerimento, que pela terceira ou quarta vez nós apresentamos, não entrou em pauta. Eu gostaria de solicitar, Presidente, com toda a tranquilidade que os trabalhos de hoje estão tendo aqui, que, se possível, na próxima reunião em que venham a ser apreciados requerimentos, que seja analisado o chamamento do Sr. Pietro Bianchi.

Da mesma forma, eu queria propor, se fosse possível, que antes que o Sr. Paulo Okamoto seja ouvido nesta CPI, o requerimento que eu fiz para que o Sérgio Fausto seja também ouvido, porque nós não podemos trabalhar com dois pesos e duas medidas. Se o instituto de um ex-Presidente receber doações de uma empreiteira for algo que mereça que o responsável por esse instituto seja ouvido, a regra tem que ser para todos os institutos de todos ex-Presidentes que por ventura estejam funcionando neste País.

Nós não podemos admitir que o Instituto Lula receba um terço do que recebeu o Instituto FHC e, no entanto, o responsável pelo Instituto Lula seja chamado por esta CPI, e o responsável pelo Instituto FHC não seja chamado.

A gente sabe que o Governo mais corrupto da história do Brasil foi o Governo FHC; a gente sabe que o partido mais corrupto da história do Brasil é o PSDB. A gente sabe que o Instituto FHC tem recebido inclusive verbas da SABESP...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Conclua, Deputado, porque senão nós vamos entrar em um debate político aqui, tem Deputados para falar, a gente sai do tema da CPI.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente... *(Ininteligível.)*

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLÁ** - Claro, claro. Tem recebido inclusive verbas da SABESP...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - A gente aceita a reivindicação. Nós vamos levar em consideração o pedido de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu gostaria que...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agora, não vamos fazer nenhum debate político aqui porque isso não contribui para o bom funcionamento da CPI.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu gostaria que...

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Não, porque, inclusive eu tenho evitado...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu já escutei as reivindicações de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Usar os argumentos que são tão reiterados aqui.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Tem Deputado aqui nesta CPI que não se inscreve quando não for para falar mal do ex-Presidente Lula. E isso acontece reiteradas vezes, aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Até quando não tem televisão, tem um Deputado que se acha no direito de falar mal do Presidente Lula.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós estamos em uma Casa política e esse debate é natural.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Então, eu gostaria...Claro!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Mas hoje conseguimos terminar aqui bem, em paz, vamos tentar manter este clima.

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu gostaria de fazer essas duas propostas, Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente... Presidente, eu estou inscrito aí como primeiro orador e até agora não fui atendido.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu quero falar pela Liderança, Presidente.



**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - Eu queria fazer essas duas propostas, para que a gente pudesse apreciar o requerimento do Sr. Pietro Bianchi.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado... Deputado...

**O SR. DEPUTADO JORGE SOLLA** - E quando o Sr. Paulo Okamoto vier para ser ouvido, que a gente pudesse aprovar antes o do Sérgio Fausto para ouvir os dois, aqui.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Deputado Jorge Solla, no começo da minha fala eu disse que não estava aqui nem para proteger, nem para perseguir. Disse, de forma muito clara, que a CPI tem um objeto que deve ser aprofundado. Então, como Relator, para deixar bem tranquila a minha posição, eu sou defensor de que o Presidente ou o tesoureiro do Instituto Fernando Henrique Cardoso não tenha que vir aqui...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Presidente, pela Liderança.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Como defendo também que não tenha que vir o Paulo Okamoto. Nós não estamos aqui investigando os institutos legítimos dos ex-Presidentes da República, que atuam e que arrecadam recursos. Então, de minha parte, como Relator, eu não vou trabalhar para aprovar um requerimento dessa ordem, que seria politizar a CPI e desvirtuar os objetivos que ela busca.

Em relação ao requerimento do Sr. Pietro, nós convocamos aqui o Presidente da empresa Odebrecht, quer dizer, acima do Sr. Pietro, mas eu assumo o compromisso... Da Camargo Corrêa. Mas assumo o compromisso de avaliar com o máximo de atenção o seu pleito e de buscar incorporá-lo na próxima reunião deliberativa que esta Comissão vier a realizar.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente, pela...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputado Onyx Lorenzoni estava inscrito; em seguida o Deputado Aluisio Mendes.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Presidente, pela Liderança. Eu estava inscrito primeiro, Presidente. Eu sou o primeiro inscrito aí.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou dar a palavra ao Deputado Onyx por 3 minutos; em seguida a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - É a quinta vez, Presidente.



**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Presidente, Presidente... Inscreva-me aí, por favor.

Presidente, a Câmara vai, por todas as informações que tenho, fazer um recesso branco, porque não votará até a semana próxima, quando se inicia o recesso, a LDO. Esta é a informação da qual disponho. Se isso acontecer, Presidente, nós temos uma questão sobre a qual nós precisamos nos debruçar. Durante o recesso regulamentar, o prazo da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito não conta. Mas se nós tivermos um recesso branco, esse tempo do recesso branco contará como tempo de trabalho.

Então eu quero chamar a atenção de V.Exa. para que faça uma reflexão na próxima semana, com os Vice-Presidentes, com o Relator, porque eu acredito que o volume de requerimentos aprovados por nós seja muito grande. Eu queria propor que, pelo menos na segunda ou na terça, ou nos 2 dias de cada semana do recesso branco, pudéssemos usar, seja nas sub-relatorias, seja no plenário da CPI, para que possamos avançar e não percamos esse tempo, que, creio, é importante. Se programarmos segundas e terças, ou terças e quartas, teríamos condições de fazer no mínimo duas audiências por semana, haveria ampla disponibilidade de salas aqui, na CPI. Faríamos um rodízio entre os membros da direção da CPI — o Presidente, o Vice-Presidente e os Sub-Relatores e o Relator — e nós, com tranquilidade, adiantaríamos boa parte desses requerimentos que precisam ser ouvidos.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Deputado Onyx, o detalhe não é importante. O prazo da CPI, em não havendo recesso, é agosto, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Isso.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Então, a colocação do Deputado Onyx é... que a contagem, que seria 9 de setembro, seria se houvesse recesso. Em não havendo recesso, o prazo final é agosto. Então, precisa tomar cuidado com essa conta aí... Eu queria que a assessoria pudesse subsidiar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Será...

Em não sendo contado o tempo do recesso, a CPI iria acabar no dia 9 de setembro, contando o tempo do recesso; não havendo recesso, porque não



votaremos a LDO, como assim está previsto e previamente anunciado, a CPI se encerra em 27 de agosto. Essa é a data.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - Então, nós temos que tomar várias providências.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Mas essa é a minha preocupação, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI** - É só essa a minha preocupação.

**O SR. DEPUTADO LUIZ SÉRGIO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, só para deixar bem esclarecido aqui, eu estou programando uma cirurgia, que farei ou no dia 18 ou no dia 21, e isso vai me tirar de circulação. E a programei no recesso exatamente para estar presente na CPI. Como eu já fiz, inclusive, uma biópsia e me ausentei numa semana aqui que foi objeto natural de questionamento. Mas eu quero aqui deixar bem claro que, graças a Deus, é tudo tranquilo, mas eu vou precisar do recesso para uma cirurgia, e não para um passeio, como gostaria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - O.K.

Deputado Aluisio Mendes, pela Liderança do PRB. S.Exa. tem até 5 minutos.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Rapidamente, Presidente.

Primeiro, eu queria solicitar a V.Exa. que a gente, nas próximas reuniões — nós temos uma lista aqui assinada no início da sessão por prioridade de pronunciamento — que a gente pudesse seguir essa relação, porque, se não, não há razão de se fazer essa lista. A gente chega cedo, inscreve-se... Que V.Exa. pudesse, nas próximas reuniões seguir a lista de inscrição que a gente fez.

Outra coisa, Presidente.

Eu gostaria de saber se já está pautada uma reunião administrativa... Nós aprovamos vários requerimentos aqui, hoje. Seria uma pauta para a gente poder priorizar o que seja mais importante neste momento, porque se a gente não fizer uma reunião para estabelecer uma prioridade nesses depoimentos... nesses requerimentos, nós vamos nos perder nisso. Eu quero saber se V.Exa. já programou uma reunião administrativa para a gente, de acordo com os requerimentos aprovados, fazer uma prioridade para essas oitivas, porque é importante que a gente tenha essa informação.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Podemos realizar na semana que vem. Eu me comprometo a marcar na semana que vem uma reunião para tratarmos das próximas agendas desta CPI, inclusive debatermos o que fazer nesses dias em que a Câmara estará em recesso branco, para a gente poder traçar o cronograma e já poder anunciar para a imprensa e para a sociedade brasileira.

**O SR. DEPUTADO ALUISIO MENDES** - Então, nós teremos uma reunião administrativa na semana que vem, antes do recesso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Antes do recesso faremos uma reunião na Secretaria da CPI, com lugar e hora a definirmos.

Deputado Izalci, pela Liderança do PSDB.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, nós não podemos ficar aqui na CPI ouvindo coisas absurdas, sem lógica nenhuma. O que tem que ficar muito claro... O Deputado que me antecedeu aqui, pelo Partido dos Trabalhadores, disse que é inadmissível convocar aqui o Sr. Paulo Okamoto ou o Instituto Lula e não convocar o Instituto Fernando Henrique Cardoso.

O que está se discute aqui não é questão de valores — quem fez palestra, quem não fez palestra —; é a forma. O que está patente aqui, e só para lembrar, porque às vezes as pessoas esquecem que quem está preso hoje são os presidentes... o ex e o atual tesoureiro do Partido dos Trabalhadores. João Vaccari está preso. Delúbio Soares foi preso, e está condenado.

Então, quem disse que se instalou uma quadrilha na PETROBRAS não foi ninguém do PSDB. Quem disse isso foi o Ministério Público. Agora, as provas são contundentes. As delações que foram feitas — homologadas, inclusive — provam isso, o que o PT realmente fez da PETROBRAS, utilizando-se de uma quadrilha para assaltar seus cofres. E não adianta, o dinheiro já foi detectado, está nas contas no exterior; as notas fiscais de consultoria do Sr. Zé Dirceu, da JD, do Instituto Lula, da Luiz Inácio Lula da Silva Palestras Eventos e Publicidade, tudo isso está já comprovado!

Não adianta dizer que antigamente se engavetava tudo. Ora, se se engavetava é porque não havia provas. Se o PT realmente tinha tanta certeza, por que é que não apurou na época, não instaurou qualquer procedimento, como nós estamos fazendo agora? E o PSDB não é maioria nesta Casa, não! Então, a gente



não pode ficar aqui ouvindo esse tipo de coisa, querendo jogar todo o mundo na vala comum. Hoje o PT é um partido diferenciado, é o partido, realmente, que usou o poder, a máquina, para assaltar a PETROBRAS e outros órgãos do Governo, e isso está muito claro! Temos que chamar aqui, sim, Lula, Zé Dirceu, a Presidente do Conselho de Administração da PETROBRAS durante anos e anos, Ministra de Minas e Energia, da Casa Civil, que foram os responsáveis por tudo isso que está acontecendo no Brasil. Então, ficam querendo jogar todo o mundo na vala comum? A gente não pode ficar ouvindo isso aqui, da forma como foi dito aqui, de uma forma irresponsável!

Portanto, Sr. Presidente, só quero lembrar — e precisamos de vez em quando lembrar, porque parece que as pessoas têm amnésia aqui nesta Comissão — quem está preso hoje, quem está preso hoje comprovadamente com recibos de doações de campanha, doações ao partido, notas de empresas fantasmas, de consultorias fantasmas, de que não foi apresentado nenhum relatório, tudo isso quem fez, e tem de vir aqui. Alguns já foram presos, e outros serão presos. Então, não adianta tentar aqui tampar o sol com a peneira; na prática, nós já chegamos, sim, ao rei e à rainha. Eles foram responsáveis, sim, por terem feito isso que foi feito. Quem nomeou Paulo Roberto Costa, chamado de Paulinho, foi Luiz Inácio Lula da Silva. Quem nomeou Nestor Cerveró, quem nomeou Renato Duque na prática sabia, e foram nomeados exatamente com esta finalidade: assaltar os cofres da PETROBRAS e jogar isso no projeto de poder.

O que foi feito foi para manter o projeto de poder, enganando a população com muita mentira, como a da energia. Redução de energia, FIES, PRONATEC, com tudo isso foi feita a campanha, e depois foi feito exatamente o contrário. Então, quem foi ludibriado, quem foi enganado? E hoje a gente comprova isso, porque Lula disse claramente que faria o diabo para ganhar a eleição, e fez o diabo! Isso está sendo comprovado agora. Então, não venham querer dizer aqui que o Governo Fernando Henrique foi o governo mais corrupto, porque não existe isso! Hoje para falar de Fernando Henrique aqui se tem de lavar a boca, porque realmente, diante da situação de hoje, está muito claro — está muito claro, Sr. Presidente — que realmente nunca na história deste País houve tanta corrupção como no Governo do PT.



Agora, como nós alertamos aqui, recentemente foi votado aqui o ajuste fiscal, que é aumento de imposto, e tirando direito dos trabalhadores, muito claramente. Então, agora, depois de votado o ajuste fiscal, o Governo vem com uma medida provisória mudando, protegendo aqueles que eventualmente poderiam ser demitidos, enquanto o Governo poderia ter feito um trabalho para realmente não tirar os empregos como foi feito com a “reoneração” da folha de pagamento, que nós alertamos que resultaria em mais de 600 mil desempregados no Brasil, e é o que vai acontecer e agora o Governo tenta evitar de alguma forma, retirando inclusive mais recursos públicos para a irresponsabilidade desse ajuste fiscal.

Da mesma forma, estão aí os jovens, os jovens que acreditaram, que sonharam fazer uma faculdade, fazer um curso técnico. Ficamos aqui anos e anos discutindo uma política para os jovens, e aí simplesmente não pagam o PRONATEC, não pagam o FIES, deixando as instituições com dificuldade. Há alunos que desistiram de fazer um curso superior exatamente por essa irresponsabilidade de jogar valendo tudo para manter esse poder que está aí.

Mas felizmente o povo brasileiro já acordou. Está acompanhando. Basta ver agora a questão da popularidade da Presidente, que já dá para se contar em duas mãos do Presidente Lula. E vai cair ainda mais, 9% ainda é muito. E aí o PT vem falar em golpe? Vem dizer que o PSDB está fazendo golpe? Quantas vezes nós vimos o PT nas ruas com o pedido: “*Fora, FHC*”, quantas vezes foram feitas mobilizações nas ruas pedindo o afastamento? E agora é golpe?

Então, Sr. Presidente, nós não podemos ficar aqui, numa Comissão de investigação — a CPI da PETROBRAS é uma coisa séria —, ficar aqui ouvindo essas acusações levianas contra pessoas realmente sérias que... Realmente, hoje, pelo menos há algumas pessoas que ainda são respeitadas no mundo político lá fora, e se há alguém que hoje é respeitado lá fora, chama-se Fernando Henrique Cardoso. Portanto, não podemos aceitar essas falas aqui da forma como foram feitas, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Tem a palavra o Deputado Silas Câmara.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu quero inscrever-me, Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. DEPUTADO SILAS CÂMARA** - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro muito importante. Eu queria a atenção de V.Exa., dos Deputados Federais e das Deputadas Federais aqui presentes.

Sr. Presidente, parece-me que a PETROBRAS não está entendendo, pelo menos as pessoas dos seus diretores e dos gerentes, o que está acontecendo neste País com os trabalhos desta CPI que está investigando a PETROBRAS. Só para o senhor ter uma ideia, lá no Estado do Amazonas, Sr. Presidente, eu fui procurado por algumas pessoas que me relataram que das licitações feitas pela PETROBRAS este ano lá no Estado do Amazonas nenhuma teve homologação, Sr. Presidente. Todas foram para o nível de diretoria, a diretoria não assina o contrato das empresas que ganharam, e as gerências contratam, Sr. Presidente, em caráter de urgência, quem elas acham que têm de contratar, à revelia dos processos de licitação que a instituição fez e que, por conta do limite de decisão da gerência, vai para a diretoria, e a diretora acumula e não assina, e a gerência é obrigada a contratar quem ela imagina que pode contratar para poder fazer o contrato, que foi licitado por um preço às vezes até muito abaixo do que o do contrato de emergência que está sendo operado.

É uma demonstração muito clara. Quando eu perguntei ao ex-Ministro da CGU, Sr. Presidente, se isso era ou não era um sinal claro de um comportamento estranho, não foi porque eu queria imaginar alguma coisa. O fato é que não existe um comportamento correto, de forma que quando a pessoa tem um processo concluído, em que pode chamar uma empresa que venceu o processo licitatório, prorroga, empurra isso para frente e contrata extraordinariamente uma empresa que lhe convém, ou que melhor lhe parece ser, para prestar o serviço, Sr. Presidente.

Eu sei que aqui deve ter assessoria da PETROBRAS acompanhando esta CPI, e eu faço questão de fazer este registro para que se tome providência, sob pena de a gente fazer um requerimento para poder ouvir essas pessoas e saber o que está acontecendo lá na ponta, Sr. Presidente. Eu queria registrar isso. Acho que é importante principalmente para o meu Estado, o Estado do Amazonas.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero aqui não só concordar com V.Exa. como dizer que é inimaginável, diante do tamanho desse escândalo que o Brasil vem acompanhando aí há mais de 1 ano, do que a nossa empresa, a PETROBRAS — digo nossa porque ela é do povo brasileiro —, vem sofrendo, e vem, acima de tudo, sangrando, ainda estar acontecendo aquilo que deu origem a todos esses problemas, que foi a forma de contratação, acima de tudo o modo como essas empresas foram escolhidas e como tudo foi feito. Então, eu quero não só concordar com V.Exa. como sugerir a V.Exa. que apresente um requerimento de informação para que a gente possa, aqui, saber o que está acontecendo não só no Estado do Amazonas, mas também em outras contratações que com certeza estão sendo feitas em outras áreas da PETROBRAS no nosso País.

O próximo orador inscrito é o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - Sr. Presidente, eu já antecipei a minha preocupação, e eu quero retornar, até porque a data de que o senhor falou é mais perto ainda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É 25.

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - É. Entendeu? Então, na verdade, minha preocupação é esta: nós precisamos programar; se for mantida essa data sem recesso, nós já estamos nas fases finais de apresentar o relatório nosso, nós que somos Sub-Relatores. Então, eu queria chamar a atenção de Altineu, de André Moura, de Bruno Covas, porque o nosso prazo se torna menor do que o prazo do Relator Luiz Sérgio. Então, o que eu queria era que V.Exa. criasse um cronograma. Confirmado que não vamos ter recesso, o nosso prazo é muito pequeno. Nós teremos pouco mais de 1 mês. Então, na verdade, precisamos ver qual vai ser o encaminhamento que V.Exa. vai dar, porque eu estou bastante preocupado.

Quería ao mesmo tempo cumprimentar V.Exa. por ter dado a agilidade que foi dada à sessão de hoje, mas reitero a minha preocupação em relação à data final da CPI e aos fatos precedentes, anteriores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu quero dizer a V.Exa. que vou chamar o Relator e os Sub-Relatores para que a gente possa conversar na semana que vem, e vou ao mesmo tempo procurar entrar em contato com



representantes do meu partido, o PMDB, na Comissão Mista de Orçamento, para saber como é que anda lá a apreciação da LDO. Eu sei que o último dia para a apresentação de emendas é hoje; então, se pudesse haver um acordo para que a LDO pudesse ser votada na semana que vem seria um grande avanço, porque aí teríamos mais alguns dias e poderíamos até estudar o que vamos fazer após o recesso.

Em não havendo recesso, nós temos de traçar o nosso cronograma de trabalho para o recesso branco, porque o prazo estará contando.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Ou então... Ou então negociar com o Presidente da Câmara 15 dias a mais, para a gente poder manter o 9 de setembro.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - É, para que ele possa prorrogar por mais uma vez a vigência da validade da nossa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Arnaldo Faria de Sá) - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Eu vou cuidar disso, nesse sentido.

Deputado Altineu Côrtes, V.Exa. fala pela Liderança do PR e tem até...  
(Pausa.)

**O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ** - (Fora do microfone.) Seis minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Seis minutos.

**O SR. DEPUTADO ALTINEU CÔRTEZ** - Sr. Presidente, eu vou tentar usar menos do que os 6 minutos.

Sr. Presidente, como Sub-Relator, nós ouvimos na nossa Sub-Relatoria, se eu não me engano, 19 pessoas, e apresentamos e tivemos uma série de requerimentos aprovados, de cópias de documentação, e inclusive hoje, aqui, requerimentos importantes foram lidos pelo nosso Relator, Deputado Luiz Sérgio, pedindo que essas empresas e consórcios nos forneçam cópias também de processos, e vão fornecer-nos, para que possamos comparar com o que já temos para exatamente dar continuidade ao relatório que nós estamos apresentando.

Mas eu gostaria de pedir a V.Exa., de combinar... Obviamente, a gente sabe que a CPI tem essas datas aí, limitadas, mas eu estou disposto a trabalhar aqui na



segunda-feira, na sexta-feira, se for o caso, e até no recesso, mas no recesso eu acho que outros companheiros estarão viajando. Eu também vou tirar 1 semana para viajar. Senão, seria possível também trabalhar no recesso, para ouvir outras pessoas de que já foi aprovada a vinda.

Nós tivemos aqui a aprovação da vinda daquele pessoal lá de Curitiba, não é? Da área... Da questão financeira: o gerente do Banco do Brasil, que operou mais de R\$ 1 bilhão de reais, e foi denunciado pela Sra. Nelma Kodama, o Sr. Rinaldo Gonçalves; o doleiro Raul Srour; o operador, o operador desse sistema de Nelma Kodama, Lucas Pacce; Carlos Augusto, da TOV Corretora; uma laranja citada lá também, Maria Lúcia Ramirez, que era usada como laranja pelo doleiro Raul Srour. Para os senhores terem uma ideia, esse doleiro pagou, ele foi preso e pagou de fiança, se não me engano, R\$ 2,5 milhões, de fiança! E está aprovada a vinda dele aqui, e de outros também: Rodrigo Srour, Rafael Srour, outros donos de corretora, Fernando Heller, Marco Antonio Stefano, enfim, o doleiro Paulo Pires de Almeida, Marco Ernest Matalon, doleiros aí famosos que estão em requerimentos aprovados por esta CPI, e eu acho que é fundamental que a gente possa marcar esses depoimentos na nossa Sub-Relatoria, Sr. Presidente.

O meu questionamento, na realidade, é que possamos arrumar uma data e ouvir essas pessoas o mais breve possível, como V.Exa. determinou, e ouvir as outras 19 pessoas. Nós ainda aprovamos aqui requerimentos para ouvir pessoas ligadas ao processo do Grupo Schahin. Eu acho que esta CPI precisa se aprofundar nisso.

Eu fui vítima de uma matéria, nesse final de semana, com que não concordei — respeito muito a imprensa —; citaram-me como se eu tivesse feito requerimentos aqui, atendendo a algum tipo de pedido, sobre o Grupo Schahin. Eu trabalho com independência nesta CPI. Eu não atendo a pedido de ninguém nem de nenhum partido. Nem o meu próprio partido me pediu que deixasse de fazer isso ou aquilo. Quem acompanha a minha conduta aqui... Eu trabalho aqui numa linha reta. Eu não atendi a nenhum tipo de pedido. E, quando um jornal cita uma questão como essa — acho até que todos têm direito de pensar o que querem —, agora realmente é que eu quero me aprofundar nesse caso do Grupo Schahin. Existem inclusive



requerimentos que estão apresentados aí que eu acho que, numa próxima deliberativa, podem vir à pauta.

Quero ainda registrar que na semana passada nós ouvimos aqui o Sr. Auro Gorentzvaig, que fez denúncias gravíssimas da área petroquímica da PETROBRAS. A área petroquímica da PETROBRAS hoje tem na Braskem o monopólio petroquímico. Um país continental como o Brasil ter na mão de uma empresa o setor petroquímico é um verdadeiro absurdo! A PETROBRAS trabalhou nesse sentido: adquiria, tirava da frente quem era de interesse e depois fazia os acordos com a Braskem.

O Sr. Auro Gorentzvaig esteve aqui, prestou depoimento, deixou documentos importantes, os quais eu já estou começando a ler. E nós aprovamos hoje aqui a acareação do Sr. David Feffer com o Sr. Caio Gorentzvaig e do Sr. Daniel Feffer com o Sr. Auro Gorentzvaig. Nós precisamos marcar a vinda do Sr. David e do Sr. Daniel aqui com urgência. Eles são donos do Grupo Suzano. Foi feita uma operação, e a PETROBRAS pagou 4,1 bilhões de reais pelo Grupo Suzano, que, na Bolsa de Valores de São Paulo, valia 1 bilhão e 200 milhões de reais. Isso é um escândalo! O Sr. Auro Gorentzvaig denunciou isso aqui. Então, nós precisamos trazer essas pessoas e fazer a acareação dessas pessoas.

O Sr. Auro disse que quem comandava era o Sr. Paulo Roberto Costa. Se o Sr. Paulo Roberto Costa comandava a construção de refinarias; comandava, com o Sr. Renato Duque lá, a questão de sondas, de diversas contratações bilionárias, por que a área petroquímica tem que ficar intocável? No dia em que o Sr. Marcelo Odebrecht foi preso, as ações da Braskem caíram quase 15%. E caíram quase 15% porque todo o mundo que trabalha nesse mercado e conhece o Brasil sabe que na área petroquímica é um absurdo o monopólio da Braskem que foi construído.

Então, dentre todos esses nomes que nós citamos aqui, Sr. Presidente... Eu quero pedir a V.Exa. — é preciso também ver isso com o Manoel, porque existe o problema de datas e, inclusive, de plenários — que possamos ouvir quatro, cinco pessoas no mesmo dia, começando cedo, como da outra vez. Tenho certeza de que, nas próximas 2 ou 3 semanas, podemos matar aqui — resolver, não é matar; matar a questão de ouvi-los aqui; eliminar; eliminar também não; não é eliminar nem



matar — marcar a vinda, cumprir essa agenda que a CPI propôs. Eu não estou dizendo que quero matar, que quero eliminar, pelo amor de Deus!

Sr. Presidente, eram essas as minhas considerações. Parabéns a V.Exa. pela condução desta sessão deliberativa. E parabéns ao Relator Luiz Sérgio e aos demais Deputados por esse entendimento aqui hoje.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Nós podemos, ao final, pedir que se prenda alguém. Nós não podemos matar ninguém, Deputado Altineu.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Deputado Altineu, V.Exa. foi muito forte, amigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Deputada Eliziane Gama, V.Exa. tem a palavra.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, eu quero inicialmente fazer um registro. Eu acho que nós tivemos uma manhã muito produtiva. Eu estava preocupada, por conta da Ordem do Dia, inclusive já na previsão de que não aprovaríamos nada aqui. A decisão de dar continuidade mesmo com a Ordem do Dia no quesito debates foi importante porque agilizou os trabalhos e aprovamos esses requerimentos nesta manhã.

E quero dar um destaque especial à aprovação da convocação do Dr. José Eduardo Cardozo. Aliás, esse é um requerimento que nós apresentamos algum tempo atrás. Nós estamos vivendo agora, neste momento, certo debate sobre essa temática por conta de uma possível pressão em torno das ações da Polícia Federal, mas o que trouxe essa convocação de hoje foi um objeto que veio, na verdade, lá atrás, quando do encontro muito nebuloso do Ministro com dois advogados de empresas, UTC e mais outras, que estão no âmbito da investigação da Operação Lava-Jato.

Também quero trazer a minha preocupação referente ao tempo — não sei se V.Exa. pode nos dar essa informação —, do ponto de vista de prazo. Teremos novas prorrogações, poderemos ficar até o final do mandato, pelo menos é o que eu tenho de informações regimentais, exatamente considerando as novas, e mais novas, e mais novas prorrogações. Isso vai depender da disposição da Presidência da Casa e, naturalmente, também do Plenário.



Mas nós temos prazos a cumprir. Nesse sentido, nós temos, com as aprovações de hoje, acho que mais de 200 requerimentos aprovados, alguns deles extremamente importantes, como o do Paulo Okamoto. Dizer aqui, por exemplo, que nós não pudemos ouvir o Instituto Lula e também não pudemos ouvir o Instituto FHC, eu acho que essa é uma conversa muito superficial. Nós precisamos, sim, apurar a investigação em torno das denúncias.

Nós temos, por exemplo, na aprovação do Paulo Okamoto, a denúncia de 3 milhões de reais que foram dados, doados, pela Camargo Corrêa, empresa que está sendo investigada pela Operação Lava-Jato. Ou seja, nós, de fato, precisamos fazer a investigação necessária. Se nós considerarmos e priorizarmos esses nomes que estão no topo da investigação, eu acho que nós daremos uma respirada, como nós temos dado, em âmbito de CPI, mas com esses nomes mais emblemáticos. Às vezes, perdemos muito tempo com três, quatro convocações, passamos 7 horas ou 8 horas aqui ouvindo alguns depoimentos. Eu acho que poderíamos priorizar esses nomes aqui, destacados, que nos dariam, naturalmente, muitos elementos na investigação em curso aqui na CPI.

Também quero, mais uma vez, trazer os meus cumprimentos a V.Exa. Eu acho que, apesar de todas as dificuldades — liminares, *habeas corpus*, outras decisões que nós temos recebido aqui na CPI —, nós temos andado num nível, no meu entendimento, importante, considerando a pauta que tem sido colocada nas últimas semanas aqui na CPI. Nós precisamos manter esse nível, e o manteremos a partir do agendamento dessas convocações já aprovadas.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Sem dúvida, Deputada Eliziane, vamos cuidar para que o nosso trabalho não seja prejudicado por causa da exiguidade do tempo. Vamos, se necessário, novamente encaminhar um pedido ao Presidente da Casa para que essa prorrogação do prazo já possa ser analisada. Precisamos só sentar semana que vem para podermos encontrar uma solução não só sobre o cronograma, mas também sobre o tempo que nós vamos ter para tratar desse assunto envolvendo a PETROBRAS.

Deputado Leo de Brito, tem V.Exa. a palavra.



**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não vou aqui falar dos escândalos da Era FHC, nem dos escândalos recentes, muito menos dos políticos e lideranças do PSDB que estão envolvidos na Lava-Jato, o que é de domínio público. Infelizmente, grande parte daquilo foi jogado para debaixo do tapete, foi engavetado. Não vou falar sobre golpe — eles estão passando a semana toda querendo explicar as falas da convenção — e muito menos vou falar sobre o projeto entreguista que hoje tramita no Senado Federal.

Eu entendo que o Deputado que é Líder do PSDB e que falou como Líder do PSDB tem como uma de suas práticas políticas a provocação. Nesse sentido, inclusive eu reputo como infeliz a própria fala do meu companheiro Jorge Solla. Infelizmente, o Deputado que me antecedeu do PSDB confunde fatos com o desejo pessoal que ele vem expressando de maneira renitente aqui na CPI, no sentido de querer incriminar Lula e Dilma. Eu não vou falar sobre isso.

O que eu quero falar, Sr. Presidente, é exatamente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Imagine se V.Exa. fosse falar. (Risos.)

**O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO** - Eu quero falar, Sr. Presidente, primeiro, do momento importante que nós tivemos hoje. Eu fui uma das pessoas que criticou a seletividade de determinados requerimentos que nós votamos aqui em vários momentos. Hoje nós tivemos um avanço fundamental sobre isso, porque nós estamos aqui não para tumultuar, não para transformar isso aqui em palanque político, como muitos estão fazendo, mas sobretudo para fazer uma investigação séria.

Nesse sentido, eu quero ficar com o Relator. Eu acho que o Relator deu uma lição aqui inclusive, diante das provocações que foram feitas, ao mostrar que esse é um debate sério. E V.Exa. tem conduzido bem a investigação nesse processo.

Eu acredito que nós, nesse último mês que vamos ter de CPI, num esforço comum de todos os membros, num esforço também dos próprios Relatores, que já estão fazendo o trabalho — eu estava conversando há pouco com o Deputado Altineu Côrtes —, vamos dar a resposta que a sociedade quer neste momento, com equilíbrio, sem prejulgamentos, levando em consideração os fatos concretos



apresentados ao longo dos depoimentos aqui na CPI. Espero que, de fato, possamos ter um grande resultado que dê a credibilidade necessária a esta CPI.

Então, eu quero falar da minha satisfação pelo dia de hoje, pelos requerimentos que foram aprovados de maneira conjunta, levando em consideração todos os requerentes, de vários partidos, e também pelos requerimentos de minha autoria que foram aprovados, que são importantes também para que possamos esclarecer algumas ações nebulosas, sobretudo, da parte dos agentes e delegados da Polícia Federal.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa.

O próximo inscrito é o Deputado Carlos Andrade.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Então, tem a palavra o Deputado Celso Pansera, que também está inscrito.

**O SR. DEPUTADO CELSO PANSERA** - Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizá-lo. Ontem, eu tive a oportunidade de acompanhar o seu esforço, junto com os Vice-Presidentes, o Relator, os Sub-Relatores, para construir essa pauta comum, já que esta reunião não estava prevista e ocorreu em função do *habeas corpus* do Barusco. Vamos dizer assim, há males que vêm para o bem: nós acabamos construindo uma pauta muito boa de consenso e provando que aqui não há blindagem.

A CPI, no caminho dela, vai concluindo o próximo passo. A cada conclusão do próximo passo, vai se descobrindo novamente o que tem de ser feito. E nós, então, chegamos a esses mais de 70 requerimentos aprovados de oitiva de pessoas de todos os tipos de envolvimento. Então, não há uma blindagem. Há um trabalho sério da CPI, conduzida pelo Deputado Hugo Motta, nosso Presidente, que ontem trabalhou muito para construir essa pauta de consenso. Parabéns, então, ao Presidente.

Por fim, eu quero dizer, Sr. Presidente, que, na terça-feira, nós tivemos uma reunião no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior — MDIC com o Ministro para tratar dos impactos da questão da Operação Lava-Jato na vida real. No Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, na semana passada, ocorreram em



torno de 3 mil demissões de metalúrgicos da área naval, atingindo fortemente a economia do Estado.

Nessa reunião, em que havia representantes da indústria naval, da FIRJAN, das centrais sindicais de todo o Brasil, nós dissemos ao Ministro que o Governo tem que tomar iniciativa no sentido de destravar a economia, destravar o setor naval. Inclusive, nós conversamos sobre a questão da Sete Brasil, porque a paralisação da Sete Brasil, de fato, causou drásticos efeitos na geração de emprego e renda que impactaram muito a Bahia, o Rio Grande do Sul, o Espírito Santo e o meu Estado, o Rio de Janeiro.

E uma das conversas que tivemos lá, Sr. Presidente, foi sobre mudanças na Lei de Leniência das empresas: aprimorar a Lei de Leniência para que o Governo, a Procuradoria-Geral possa assinar os acordos de leniência e as empresas possam voltar a atuar no mercado, garantindo assim o emprego de seus trabalhadores e retomando esses empregos que foram desfeitos.

Conversamos também sobre a necessidade de os bancos públicos — o BNDES, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica — voltarem a financiar a produção, para que o País possa sair da paralisia econômica em que se encontra.

Por isso, Sr. Presidente, quero dizer que não trabalhamos aqui só com investigação, um trabalho fundamental, necessário para o Brasil, necessário para o funcionamento do Estado brasileiro, mas também em outras frentes, em outros flancos, querendo a retomada da economia do País, a retomada do funcionamento do País e, principalmente, do setor naval e do setor de petróleo.

Então, Sr. Presidente, parabéns pela votação de hoje, pelo grande acordo que foi feito hoje. Na quarta-feira, nós teremos uma nova reunião com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para tratar dos reflexos da Operação Lava-Jato na vida real, na geração de emprego e na movimentação da economia.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço as palavras a V.Exa., que chega a esta Casa para o seu primeiro mandato, mas traz uma bagagem muito grande, pelos relevantes serviços prestados principalmente à educação do Estado do Rio de Janeiro, e tem contribuído de forma significativa para os nossos trabalhos aqui.



Quero dizer, Deputado Celso, que a nossa atitude à frente da Presidência nada mais é do que um compromisso com a sociedade brasileira, que tem visto a imparcialidade, que tem visto acima de tudo a responsabilidade que temos tido com os assuntos que são importantes para a investigação.

A CPI tem seguido o seu rito, não tem tratado de forma diferenciada nenhum dos envolvidos. A grande maioria, por que não dizer a totalidade, das pessoas envolvidas no escândalo de corrupção envolvendo a PETROBRAS a CPI tem convocado, tem procurado ouvir. A CPI tem procurado dar a sua contribuição para que a investigação possa ocorrer no seu rito normal.

Vamos continuar justamente nesse sentido, em respeito ao povo brasileiro, que espera de nós um resultado positivo ao final, com a punição desses eventuais culpados que desviaram recursos e prejudicaram a PETROBRAS.

Agradeço a V.Exa.

O Deputado Carlos Andrade com a palavra.

**O SR. DEPUTADO CARLOS ANDRADE** - Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., cumprimentar todos os pares que estão aqui, ou que estiveram por aqui, e falar desta manhã, que foi muito produtiva. Foi-nos apresentado um número de requerimentos e foram priorizados alguns. Eu observo que os trabalhos desta Comissão têm começado a caminhar num direcionamento sob a sua condução, o que tem feito com maestria. Eu digo “com maestria” porque, todas as vezes que ela começa a tomar um direcionamento para uma causa política para qualquer dos lados, V.Exa. a tem colocado nos trilhos com muita sabedoria e maestria. Eu o parabeno.

Por isso, esse resultado tem sido extraordinário para a condução dos nossos trabalhos e para quem acompanha o trabalho, para a sociedade brasileira que o acompanha e quer e espera um resultado das pessoas que aqui estão para produzir esse trabalho.

Quero dizer que vejo esse resultado que nós estamos produzindo aqui. Esta manhã é o reflexo do que nós fizemos. Esperamos, como resultado desse processo, que as pessoas que cometeram esses delitos verdadeiramente tenham as punições que lhe são cabíveis e que a Justiça possa atribuí-las a elas e fazer o que é justo e o que a sociedade está esperando como resultado.



A coerência desta Comissão, conduzida por V.Exa., tem demonstrado isso com muita clareza a nós que fazemos parte desse Grupo de Trabalho e à sociedade brasileira.

Meus parabéns, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Hugo Motta) - Agradeço a V.Exa., Deputado Carlos Andrade, o último inscrito.

Gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares. Acredito que conseguimos cumprir a meta do dia, de apreciar uma quantidade importante de requerimentos essenciais para que a investigação possa seguir.

A partir de agora, vamos elaborar o nosso cronograma e, com certeza, continuar esse trabalho dedicado, para que a nossa CPI possa realmente, cada vez mais, ser sinônimo da vontade do povo brasileiro.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.